

Em 5a Reunião Extraordinária, CNDH aprova Grupo de trabalho e consultoras/es ad hoc para ADPF 709

Durante a 5a Reunião Extraordinária, realizada hoje (7), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou por maioria de votos a Resolução n. 28, que cria formalmente o Grupo de Trabalho no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n. 709, ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e por partidos políticos.

Conforme determinação do ministro Luís Roberto Barroso, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o governo federal deve adotar uma série de medidas para conter o contágio e a mortalidade por covid-19 entre a população indígena, inclusive a elaboração de um plano de enfrentamento da doença para os povos indígenas brasileiros com a participação das comunidades e do CNDH.

O Plenário do conselho também aprovou a indicação das consultoras e consultores ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo participar de reuniões, emitir parecer e apresentar propostas para elaboração e monitoramento de plano para o enfrentamento da covid-19 para os povos indígenas brasileiros.

Segundo o presidente do CNDH, Renan Sotomayor, o CNDH vai informar o STF sobre as contribuições do conselho após uma análise técnica do plano a ser apresentado pelo governo federal.

“A decisão do STF no âmbito da ADPF 709 é histórica. Nesse sentido, o papel do CNDH em contribuir com o processo estrutural demonstra a relevância do conselho na efetivação dos direitos fundamentais dos povos indígenas, que têm sofrido de forma severa os impactos da covid-19 e da falta de uma política pública que garanta o efetivo direito à saúde”, afirmou Sotomayor.

O conselheiro Leandro Scalabrín, que também acompanhou as reuniões, chamou a atenção para a falta de diálogo com gestores estaduais nas discussões. “Dados do IBGE mostram que há mais de 7 mil comunidades indígenas e pouco mais de mil unidades básicas de saúde indígenas, ainda com falta de profissionais e materiais, com o agravante de que a execução orçamentária está aquém do disponível. Defendemos que é essencial retomar as demarcações, avaliar os grandes projetos, ampliar as barreiras indígenas e focar na proteção social”, acrescentou.